

**VOTO Nº 214/2021/SEI/GADIP-DP/ANVISA**

Processo nº 25351.900412/2021-25

Expediente: 2826470/21-3

**PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PUBLICAÇÃO DE DECISÃO FINAL. RECURSO ADMINISTRATIVO.** A publicação do Despacho de prorrogação de prazo tem como objetivo atender ao preconizado na Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016.

Área responsável: GGREC/GADIP

Relatora: Meiruze Sousa Freitas

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para publicação de decisão final referente aos recursos administrativos, nos termos da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016.

A publicação de Despacho de prorrogação de prazo referente às decisões em segunda e em última instância, apreciados pela Gerência-Geral de Recursos - GGREC e pela Diretoria Colegiada - Dicol, respectivamente, visa o cumprimento do princípio da legalidade e o aprimoramento da transparência ativa com a publicização dos atos pertinentes às deliberações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

**2. ANÁLISE**

Os recursos administrativos interpostos contra as decisões proferidas pelas unidades organizacionais da Anvisa são julgados pela Gerência-Geral de Recursos, em segunda instância e pela Diretoria Colegiada, em última instância.

De acordo com o preconizado na Nova Redação do §§ 4º e 5º do Art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, estabelecida pela Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, a decisão final sobre os recursos administrativos deverá ser publicada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de protocolo do recurso, podendo essa prazo ser prorrogado por igual período, mediante publicação da respectiva justificação.

Importante destacar que a GGREC informa que, em decorrência do recebimento de demanda mensal, cerca de 150 (cento e cinquenta) recursos administrativos, somados ao acervo de recursos administrativos protocolados antes da vigência da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, a publicação da decisão final em 90 (noventa) dias torna-se prejudicada para atender o preconizado no art. 15, § 4º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

Nesse contexto, observando o pedido em epígrafe, apresentado pela GGREC, unidade organizacional afeta ao assunto, e conforme estabelecido em dispositivo legal,

entende-se necessária a publicação do Despacho Sei! nº 1529584 com a relação dos recursos administrativos que carecem de ter o prazo de decisão prorrogado por até 90 dias.

### 3. VOTO

Diante do exposto e visando o adequado cumprimento do art. 15, § 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, **manifesto-me FAVORÁVEL** pela prorrogação do prazo para publicação de decisão final referente aos recursos administrativos listados na Minuta de Despacho de publicação DOU GGREC ( Sei! nº 1529584 ).

Solicito inclusão em Circuito Deliberativo para decisão final à soberania da Diretoria Colegiada da Anvisa.



Documento assinado eletronicamente por **Meiruze Sousa Freitas, Diretor(a)-Presidente Substituto(a)**, em 20/07/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1533833** e o código CRC **5624EE6E**.